



PROCESSO TC 21252/21

Origem: Paraíba Previdência - PBPREV
Natureza: Atos de pessoal – aposentadoria
Interessado(a): Marcus Vilar Souto Maior
Relator: Conselheiro André Carlo Torres Pontes

ATO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL. APOSENTADORIA.
Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição com proventos integrais. Regularidade. Deferimento de registro ao ato.

ACÓRDÃO AC2 – TC 01011/22

RELATÓRIO

- 1. Origem: Paraíba Previdência - PBPREV.**
- 2. Aposentando(a):**
 - 2.1. Nome: Marcus Vilar Souto Maior.
 - 2.2. Cargo: 15º Procurador de Justiça - Símbolo MP-4.
 - 2.3. Matrícula: 75.236-3.
 - 2.4. Lotação: Ministério Público do Estado.
- 3. Caracterização da aposentadoria (Portaria - A - 1140/2021):**
 - 3.1. Natureza: aposentadoria voluntária por tempo de contribuição - proventos integrais.
 - 3.2. Autoridade responsável: José Antonio Coêlho Cavalcanti – Presidente do(a) PBPREV.
 - 3.3. Data do ato: 10 de dezembro 2021.
 - 3.4. Publicação do ato: Diário Oficial do Estado, de 11 de dezembro de 2021.
 - 3.5. Valor: R\$35.462,22.
- 4. Relatório da Auditoria:** Concluiu pela legalidade e sugeriu o registro ao ato de aposentadoria.
- 5. Parecer do MPJTCE/PB:** Os autos não tramitaram pelo Ministério Público junto ao TCE/PB.
- 6. Agendamento** para a presente sessão, sem intimações.



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

**2ª CÂMARA***PROCESSO TC 21252/21***VOTO DO RELATOR**

Atestada a regularidade do procedimento em relatório da Auditoria e no parecer oral do Ministério Público, o Relator VOTA pela legalidade do ato de deferimento do benefício e do cálculo de seu valor, bem como pela concessão do respectivo registro.

DECISÃO DA 2ª CÂMARA DO TCE/PB

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo TC 21252/21**, **ACORDAM** os membros da 2ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (2ªCAM/TCE-PB), à unanimidade, nesta data, conforme voto do Relator, em **CONCEDER** registro à aposentadoria voluntária por tempo de contribuição com proventos integrais do(a) Senhor(a) **MARCUS VILAR SOUTO MAIOR**, matrícula 75.236-3, no cargo de 15º Procurador de Justiça - Símbolo MP-4, lotado(a) no(a) Ministério Público do Estado, em face da legalidade do ato de concessão (**Portaria - A - 1140/2021**) e do cálculo de seu valor (fls. 117 e 119).

Registre-se e publique-se.

TCE – Sessão Presencial e Remota da 2ª Câmara.

João Pessoa (PB), 10 de maio de 2022.

Assinado 12 de Maio de 2022 às 09:09



Cons. André Carlo Torres Pontes
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 13 de Maio de 2022 às 10:42



Sheyla Barreto Braga de Queiroz
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO